

A operação genealógica: a produção de memória e os Livros de Linhagens medievais portugueses

José D'Assunção Barros¹



Dossiê

Resumo

Este artigo visa discutir, em seus múltiplos aspectos, as implicações sociais e históricas da “operação genealógica” – aqui considerada como o conjunto de atos e procedimentos necessários para se construir através de textos ou esquemas as redes de relações parentais e familiares referentes a determinadas linhagens. Para tal, busca-se examinar um gênero histórico-literário específico: os chamados “livros de linhagens” – estas fontes genealógicas e narrativas de âmbito nobiliárquico oriundas da Idade Média portuguesa (séculos XIII-XIV). O texto linhagístico, e a operação que lhe dá forma, são neste sentido examinados como produtores espaços de poder, dentro dos quais os grupos e indivíduos da nobreza são colocados diante de situações de inclusão e exclusão social. As escolhas do genealogista que constrói o seu texto genealógico são abordadas do ponto de vista de seus aspectos intencionais e de suas motivações ideológicas.

Palavras-Chave: Operação genealógica. Narrativa medieval. Texto genealógico.

Abstract

This article aims at discuss, in its several aspects, the social and historical implications of the “genealogic operation” – here considered as the set of acts and procedures necessary to construct through texts or projects the nets of parental and familiar relations referred the determined ancestries. For such, the chosen way was to examine a specifically historical-literary genre: the called “ancestral books” – these genealogic and narrative fonts of aristocratic scope deriving of the Portuguese Middle Ages (centuries XIII and XIV). The genealogic text, and the operation that gives a form to this, are examined in this direction as producers of power spaces, within the social groups and individuals of the Nobility are placed ahead of situations of social inclusion or exclusion. The choices of the genealogist that constructs its genealogic texts are boarded of the point of view of its intentional aspects and its ideological motivations.

Keywords: Genealogic operation. Medieval narrative. Genealogic text.

1. ‘A Operação Genealógica’, o Genealogista e os textos genealógicos

Parodiaremos o título de um célebre texto que já se tornou um clássico da teoria da historiografia, no qual Michel de Certeau² se refere de maneira bastante

arguta à “operação historiográfica”. A expressão implicaria em um determinado modo de conceber, realizar e dar forma a certo tipo de construção histórica que, nos tempos atuais, é encaminhada pelos historiadores profissionais, sempre de

acordo com uma série de procedimentos e determinações que remeteriam a um ‘lugar de produção’, a um conjunto de receptores de certo tipo e a um ‘modo de escrita’. Nesse ensaio, estaremos refletindo sobre algo a que propomos denominar “operação genealógica”, expressão que implica mais propriamente as fontes de natureza genealógica de que hoje dispõem os historiadores para compreender períodos que podem recuar até a Idade Média, como é o caso por exemplo dos chamados “livros de linhagens” da Idade Média portuguesa, esses que estaremos enfatizando mais diretamente neste artigo.

A “operação genealógica”, como aqui a consideraremos, parte em sua fase mais visível de alguém que deseja ou desejou recuperar e registrar certa cadeia de ascendências, descendências e relações familiares. A esse sujeito social que, por sua própria iniciativa ou a mando de outrem, elabora a genealogia ou o texto genealógico – ou que mais especificamente preside à mencionada “operação genealógica” – chamaremos de “genealogista”. Conhecemo-lo deste a Antiguidade. Sobretudo na Idade Média e nos princípios da Idade Moderna, os genealogistas estiveram em alta conta, particularmente em meios aristocráticos nos quais o conhecimento da inserção de um indivíduo em uma dada linhagem ou entrecruzamento de linhagens mostrava-se

de vital importância para a própria identidade social do sujeito nobre.

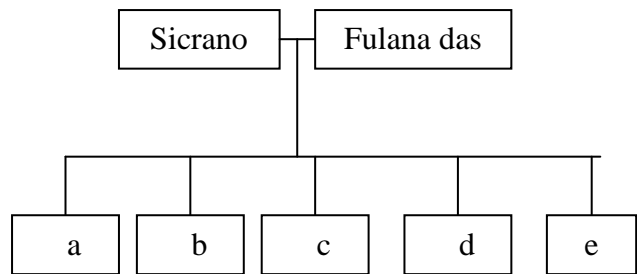
Por outro lado, deveremos entender aqui o genealogista em uma acepção mais ampla: ele não é propriamente um homem (e inclusive nem sempre coincide mesmo com um único homem), mas corresponde na verdade a um conjunto de forças. O genealogista representa, ele mesmo, uma combinação bastante complexa: uma classe ou grupo social que o acolhe, uma série de interesses políticos e sociais, um conjunto de procedimentos próprios do seu ofício, um ponto de diálogo intertextual que envolve diversos textos genealógicos, e uma inserção em uma espécie de ‘comunidade de genealogistas’ que atravessa seu tempo e outros tempos. Assim, por exemplo, o genealogista pode representar em um plano os interesses de um mosteiro medieval, em outro plano os fatores que afetam a nobreza como grupo social mais amplo, e em outro a nação em que está incluído, sem contar os interesses pessoais de sua própria linhagem, se ele mesmo e a sua família estiverem envolvidos como objetos da prática genealógica.

Do mesmo modo como o “genealogista” – um sujeito social inserido ele mesmo em um tempo histórico – é aquele que preside à operação genealógica, sempre atentando para interesses diversos que vão das orientações derivadas dos

interesses de seus patrocinadores a necessidades sócio-culturais e ideológicas de toda ordem, pode-se chamar de “texto genealógico” ao documento que se materializa simultaneamente como local e produto da operação genealógica em si mesma. Os textos genealógicos de tipos diversos, os quais já diferenciaremos, são nos dias de hoje fontes importantes para a historiografia que examina períodos mais recuados. Assim, os historiadores que buscam esclarecer problemas relacionados a tal ou qual época histórica, ou que intentam examinar esta ou aquela sociedade ambientada em determinado período histórico, podem colher informações preciosas de documentos genealógicos vários, por vezes elaborados na própria época que o historiador está se propondo a examinar. Podemos, por exemplo, estudar o Portugal do século XIV através de documentos genealógicos que foram produzidos pelos próprios homens do século XIV, e que contudo, remontam no seu discurso e conteúdo informativo a épocas anteriores, terminando por revelar as representações que esses homens do século XIV desejavam transmitir acerca de seu próprio tempo e de outros tempos. Isso ficará mais claro, à medida que avançarmos nas considerações que se seguem.

Existem textos genealógicos de diversos tipos, desde os mais esquemáticos

até os mais descritivos e narrativos. Uma “árvore genealógica”, por exemplo, reproduz através de esquemas simples, em forma de uma árvore que se vai desdobrando em ramos de filiações, uma cadeia de relações familiares, tal como registramos abaixo:



“Sicrano de Tal” e “Fulana das Quantas” tiveram cinco filhos, “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, e alguns destes, ao contraírem relações conjugais de diversos tipos, irão gerar seus próprios filhos e assim dar encaminhamento a certa descendência que dará curso a novas ramificações. Por outro lado, há outros tipos de descrições genealógicas, sob a forma de listas. Por exemplo, um tipo de listagem genealógica retroativa, partindo de um determinado indivíduo, pode recuar no tempo em busca dos antepassados desse mesmo indivíduo através das gerações de pais, avós, bisavós, e assim por diante:

1. João da Silva
2. Marcos da Silva e 3. Arlete Moraes da Silva
4. Pedro Costa Silva e 5. Maria Paes Costa;
6. João Moraes e 7. Jane Andrade Moraes

No caso, o indivíduo de onde se parte, antecedido pelo número 1, é filho de 2 e 3, neto de 4, 5, 6 e 7, e se fôssemos seguir adiante nesta listagem encontraríamos oito bisavós (números 8 a 15). Por outro lado, também poderíamos ter um tipo de texto genealógico em forma de relato. É comum, por exemplo, o texto genealógico que, a partir de um antepassado comum, começa a relatar a sua descendência: “Pedro Costa Silva casou-se com Maria Paes Costa e tiveram como filho Marcos da Silva. Este, ao casar-se com Arlete Moraes da Silva, teve cinco filhos, entre os quais João da Silva, que veio a casar-se com Marieta Pinto da Silva gerando como filhos Sicrano de Tal, Fulana das Quantas, etc, etc”.

Todos estes exemplos, e mais outros que poderiam ser mencionados, são modalidades de textos genealógicos. Neste ensaio, estaremos nos referindo a um padrão de relato genealógico que era bastante comum no período medieval – uma lista em forma de relato à maneira do último exemplo, e que também podia vir eventualmente entrecortada por narrativas ou fragmentos narrativos relacionados com as personagens mencionadas. Por exemplo, retomando o extrato anterior: “Pedro Costa Silva casou-se com Maria Paes Costa e tiveram como filho Marcos da Silva. Este, ao casar-se com Arlete Moraes da Silva, teve cinco filhos, entre os quais João da

Silva. Este João da Silva foi um importante comerciante que fez sua fortuna negociando com peles e que a certa altura de sua vida converteu-se à ordem dos capuchinhos, etc, etc.”. Ou seja, a mera descrição genealógica é interrompida de quando em vez por uma pequena narrativa de fatos da vida de certo personagem desta listagem genealógica. Mais adiante, exemplificaremos melhor este padrão textual, sendo oportuno discutir antes disto tanto as implicações da operação genealógica em si mesma como a função social das genealogias no período que neste momento mais nos interessa: a Idade Média.

2. Função social das genealogias na Idade Média portuguesa

Elaborar uma genealogia é empreender escolhas através da miríade de nomes de antepassados que se relacionam de alguma maneira com estes ou aqueles indivíduos; é percorrer um labirinto de filiações e casamentos e estabelecer certas escolhas que trazem a marca da subjetividade, pois mesmo quando um procedimento genealógico não pode deixar de mencionar certas marcas ancestrais, o genealogista pode facilmente atribuir ênfases e valorações diversas a estas marcas, criar tipos diversificados de relações entre as mesmas, considerando-se

ainda que o procedimento genealógico possa trazer para uma determinada descrição genealógica de certa linhagem familiar nomes laterais que na elaboração de um outro genealogista poderiam ter ficado de fora.

Para dar uma idéia do grau de subjetividade possibilitado às escolhas genealógicas, devemos partir antes de tudo da consciência do grande número de antepassados que se acha interligado a qualquer indivíduo, e ao mesmo tempo do imbricamento de antepassados que acaba ligando entre si vários dos indivíduos de uma mesma localidade, mesmo que eles não tenham consciência disto. Diante de uma rede tão complexa e diversificada de antepassados, poderemos sempre encontrar inúmeros antepassados nobres, criminosos, santificados ou traidores para qualquer indivíduo que nos dias de hoje seja tomado como ponto de partida para uma “operação genealógica”. Essa extensa complexidade também permite “descobrir” relações ancestrais entre indivíduos os mais estranhos ou socialmente apartados.

Uma operação matemática simplificada, e na verdade inexata, pode nos mostrar algo sobre essa extensa complexidade ancestral que afeta cada indivíduo. Progressivamente, qualquer indivíduo possui dois pais, quatro avós, oito bisavós, e assim por diante, de modo que na geração de seus nonos avós

chegaríamos já ao número de 1024. Contudo, dissemos que esta operação é inexata porque na verdade os diversos indivíduos de uma mesma rede genealógica possuem de fato antepassados em comum, o que implica em dizer que um mesmo antepassado pode entrar diversas vezes na constituição genética e na lista genealógica de um determinado indivíduo. Além disso, existem muitas linhagens que se perdem no meio do caminho sem transmitir sua descendência adiante, o que contribui para que os vários indivíduos de certa sociedade situada em um determinado tempo possuam mais afinidades ancestrais do que poderiam imaginar ou desejar. Ou seja, um homem pode não descender diretamente de determinado ancestral de um outro; mas, certamente, à medida que avançarmos no passado ancestral de um e outro destes homens, cedo ou tarde encontraremos algum ancestral em comum. No fundo, existe mesmo uma relação de fundo parental entre todos os seres humanos, e, aliás, o Projeto Genoma pôde identificar com bastante precisão, através de uma sistemática pesquisa do DNA, que todos os seres humanos hoje vivos descendem rigorosamente de tão somente duas matrizes genéticas oriundas da região onde hoje se localiza a atual Etiópia.³

Mas, voltando ao nosso assunto, é de fato este imbricamento de ancestrais a ser

considerado o que inviabiliza aquele raciocínio matemático mais simples sobre a progressão de antepassados de um homem – raciocínio que, portanto, deve ser encarado apenas como um ponto de partida. Assim, pelo cálculo simplificado, há mil anos atrás – considerando-se a média de três gerações por século – um determinado indivíduo possuiria 134 milhões de avós, número que obviamente ultrapassava em muito a população do planeta nesta mesma época. Percebe-se assim que a abstração matemática do cálculo progressivo é contraditada em vista da ocorrência de inúmeros antepassados superpostos, sem contar outros processos de desdobramentos, incorporações familiares e desaparecimentos de linhagens e descendências que não poderão ser discutidos aqui. Enfim, nosso interesse neste momento é apenas mostrar que, por um lado, a diversidade e complexidade fazem parte da constituição de qualquer labirinto genealógico, e que, por outro lado, navegando no interior dessa complexa diversidade, o genealogista pode fazer as suas escolhas conscientes e inconscientes, voluntárias e involuntárias, sempre movido por motivações diversas que vão dos mais explícitos e mesquinhos interesses pessoais e hierárquicos até os mais insondáveis aspectos ideológicos. Retornemos, a este propósito, às nossas genealogias medievais.

As genealogias familiares – tão comuns nos diversos países europeus do ocidente medieval – costumavam na verdade desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir esse homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos a partir dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua ‘identidade’, explicitando seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares e linhagísticos.

Em outros contextos culturais exteriores às sociedades ibéricas, muitas

vezes as genealogias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, foi precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV que as genealogias assumiram essa característica própria: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a crônica à genealogia propriamente dita.⁴ Assim, nessa espécie de texto, um tipo de ‘discurso genealógico’ em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um ‘discurso narrativo’ que é interpolado à lista genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita.

As nossas fontes principais para a compreensão desse modelo genealógico-narrativo que se tornou tão característico da Idade Média Ibérica – e que no Portugal dos séculos XIII e XIV adquiriu expressão através dos chamados “livros de linhagens” – serão os três livros de linhagens que foram preservados em arquivos – o Livro

Velho, o Livro do Deão, e o Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro.⁵

3. A forma híbrida dos livros de linhagens da Idade Média portuguesa

Antes de prosseguirmos, exemplificaremos rapidamente o estilo híbrido comum aos ‘livros de linhagens’ portugueses da Idade Média, caracterizado essencialmente pela já mencionada alternância da ‘listagem genealógica’ com o ‘texto narrativo’ que relata casos ou eventos relacionados aos personagens mencionados na descrição genealógica propriamente dita. Esta alternância entre descrição genealógica e narrativa ocorre habitualmente, diga-se de passagem, em cada um dos três ‘nobiliários’ ou livros de linhagens portugueses que chegaram aos nossos dias, todos eles entremeando nas partes genealógicas trechos narrativos de diversos teores. Trata-se, portanto, de característica bastante singular das genealogias portuguesas desse período. Para facilitar a compreensão desse caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro:

E dom Fernam Fernandez foi casado com dona Maria Alvarez, filha do conde dom Álvaro de Fita, e fez em ela uu filho e ua filha. E o filho houve nome Martim Fernandez e foi mui booo mancebo e morreo cedo, de idade de XXVI annos; E a filha houve nome dona Sancha, e demandou-a o emperador, e ela, com medo

de seu irmão, nom se atreueo. E como aquela que queria fazer mal, deu peçonha a seu irmão e matou-o, e depois se foi para o emperador e foi as barregãa. E o emperador e foi sa barregãa. E o emperador houve em ela ûa filha que houve nome dona Estevainha, e foi casada com dom Fernam Rodrigues de Castro. E por esta morte de Martim Fernandez, que foi tam maa, por emenda de as alma, foi feito o moesteiro de Valboa de Doiro. [a partir daí, segue com nova descrição genealógica de membros da linhagem que está sendo apresentada] (LL 21G11)⁶

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever exclusivamente as relações de parentesco para passar a narrar um pequeno caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica – uma jovem aristocrata chamada dona Sancha. Pela narrativa, sabemos que a mulher nobre havia sido seduzida pelo Imperador a se tornar sua barregã (amante não-oficializada através do matrimônio). Como temia a reprovação do irmão, a jovem resolveu por fim assassiná-lo dando-lhe veneno. Depois do trecho narrativo que relata esse pequenino caso, a descrição genealógica é retomada e segue adiante descrevendo a sucessão de descendentes desse mesmo ramo familiar.

Esse é o padrão que encontraremos nos livros de linhagens da Idade Média portuguesa: listagem de nomes em forma de relato, alternando-se com trechos

narrativos que contam casos diversos ou outros tipos de intervenções propostas pelos genealogistas. As interferências narrativas podiam nesse caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contra-valor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis.

Narrativas diversificadas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portuguesas, configurando, portanto, uma prática corrente de alternar o ‘registro familiar restrito’ com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas tão diversas como a anedota, o exemplum, a narrativa épica, o relato mítico, a narrativa historiográfica e tantas outras possibilidades. Há ainda os casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Dessa forma, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e para tensões implícitas, mormente nos casos em que o refundidor propõe-se a corrigir uma injustiça cometida por um relato anterior contra este ou aquele nobre. É com esta intenção, por exemplo, que o refundidor de 1383 introduz, em seguida a uma das narrativas do Livro de Linhagens

do Conde Dom Pedro, uma nova versão do mesmo caso, cuidando de precedê-la pelo seguinte comentário:

E nós fesemos muito, em nosso tempo, pera saber a verdade deste feito, si passara assi como aqui é escrito. E achamos [...] que esto fora apostila de mal dizer, porque eles ouviram dizer a seus padres e a muitos que foram daquel tempo, que a esto foram presentes, como adeante diz, que o feito passara assi [...] (LL 35A1)

À parte essas situações mais peculiares, raramente um refundidor tardio do nobiliário explicita a sua intervenção diretamente no texto, o que acaba por desfavorecer a percepção da prática interpolativa pelo leitor desavisado. O texto acima destacado é mesmo um dos raros momentos em que se torna explícito o diálogo intratextual entre o refundidor posterior e o cronista original – daí o seu valor excepcional. Em todo o caso, explícitas ou implícitas, as pequenas correções posteriores em narrativas provenientes da versão original do nobiliário não são incomuns, embora sejam mais encontradas as interpolações de trechos ou narrativas inteiras, como as encontradas no título XXI do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro e que são hoje atribuídas ao refundidor de 1383.

Nos livros de linhagens, tal como já assinalamos, chegam a ser interpoladas narrativas de dimensões consideráveis. É o caso, por exemplo, de uma narrativa

medieval-portuguesa que hoje é conhecida como “A Lenda de Gaia”, e que aparece em dois dos livros de linhagens portugueses. A narrativa, que já discutiremos adiante, busca caracterizar um determinado personagem – um rei das Astúrias chamado Ramiro e que teria tido um papel primordial na Reconquista do território hispânico frente aos mouros que lá se havia instalado deste o século VIII. Narrativas como essa e outras de diversos tamanhos são muito esclarecedoras acerca de uma época e de uma sociedade, de seus padrões de representação, das suas hierarquias sociais, das lutas pelo poder que se estabelecem nesses discursos narrativos. Mas em que pese o valor inestimável dessas narrativas linhagísticas como fontes históricas – questão a que já nos dedicamos anteriormente – iremos abordar neste ensaio o papel não menos importante das ‘listas genealógicas’ que, nos livros de linhagens, enquadram aquelas narrativas.

4. A construção do texto linhagístico e seu papel social

O que significa compor listas de antepassados? Significa, antes de tudo, lidar com lembranças e esquecimentos socialmente produzidos. Na maioria dos casos, significa, também, reconstruir essas lembranças e esquecimentos com vistas a

uma sociedade específica, aos homens que as constituem, aos grupos em que esses se distribuem, às relações que entre esses se estabelecem. São os indivíduos, na sua obstinada ânsia de uma melhor inserção social, que produzem a sua memória familiar no confronto com outras memórias familiares. Manipulando lembranças e esquecimentos, com menor ou maior consciência, esses indivíduos perfeitamente inseridos em uma complexa teia de interdependências esforçam-se em trazer para a sua “árvore genealógica” o antepassado ilustre, e em afastar discretamente o antepassado infame. Com muita facilidade convoca-se para o circuito familiar um contraparente distante que se notabilizou pelo seu heroísmo, e com a mesma facilidade esquece-se o traidor parentalmente próximo, o marido traído que não vingou cavaleirescamente a honra, a mulher adúltera que desonrou a linhagem, o clérigo devasso que deixou suas máculas no circuito familiar que agora se quer depurar.

Um livro de linhagens era na Idade Média Ibérica bem mais que uma listagem familiar: representava na verdade o complexo imbricamento de muitas listagens familiares, portadoras de interesses diversos, e podia transformar-se, por isto, no palco de uma verdadeira guerra de representações, permanentemente renovada. Se o organizador do livro podia

manipular os materiais do livro para enaltecer ou depreciar as linhagens que tinha em vista, também os seus sucessivos leitores podiam produzir os seus próprios caminhos genealógicos a partir da listagem proposta, saltando este ou aquele item e recuperando um outro, mesmo contra a vontade dos primeiros compiladores. Entre listas de nomes e narrativas interpoladas, muitos combates se travavam.

Algumas considerações se fazem necessárias. Um ‘livro de linhagens’ não se propunha propriamente a ser uma ‘história’ (no sentido medieval), uma ‘crônica’, ou ainda um conjunto de ‘anais’. Se o nobiliário ou livro de linhagens se colocava como um registro multifamiliar, certamente pronto a registrar a genealogia e a história de várias famílias, ele também incorporava facetas pedagógicas, objetivos estético-literários (destinava-se muitas vezes, pelo menos no seu material narrativo, a ser lido para um auditório), e tranqüilamente podia incorporar lendas e situações parcial ou totalmente fictícias. Por vezes, um personagem integrado à realidade literária do nobiliário pode não estar localizado nas crônicas do período ou em outros documentos. Em alguns casos, o nobiliário até cumpria a função de preencher certas lacunas, recriando a história de algumas famílias.

Consideremos a já mencionada narrativa que ficou conhecida como

“Lenda de Gaia” – um relato de razoável extensão que se acha inserido em meio a uma das listas de antepassados do Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro e que mostra as fantásticas aventuras de um rei cristão-ibérico chamado Ramiro. Nessa narrativa, o nascimento de um personagem que é filho do Rei Ramiro com uma princesa moura chamada Artigas, e que recebe o nome de Alboazar Ramires (ou Alboazar Lovesendes, como aparece em outras oportunidades) é um desses que se mostram rodeados pela atmosfera lendária, sendo “difícil isolar a realidade histórica”.⁷ Terá este personagem alguma referência real relativamente a um sujeito histórico que teria efetivamente existido e que seria filho do rei Ramiro e sobrinho de um rei Mouro que teria de fato existido (irmão da princesa Artigas)? A Crônica Geral de Espanha de 1344, por exemplo, que também se refere ao Rei Ramiro como um monarca importante para a reconquista do território hispânico frente aos mouros, não trabalha contudo com este ramo ramiriano que teria sido originado de um segundo casamento do rei cristão-asturiano com a princesa moura, e não ajuda a esclarecer esta questão. Dos filhos de Alboazar também não existem vestígios documentais, mas a partir dos netos já aparece documentação suficiente, inclusive o testemunho dos *Annales Portucalenses*

veteres, já uma fonte da categoria dos “anais históricos”.

O fato de que os livros de linhagens dão por vezes vida a alguns personagens lendários, ou talvez mesmo inexistentes, situando-os entre os personagens históricos e reais que teriam efetivamente existido e que podem ser rastreados inclusive em documentação tradicional de arquivo, não implica em que o conteúdo das fontes linhagísticas não apresentasse para os seus contemporâneos um irresistível efeito de realidade. O que temos com os livros de linhagens aqui é uma realidade imaginária que seguramente passa a fazer parte da vida e da memória de todo um circuito nobiliárquico e mesmo da população como um todo. Os caminhos genealógicos recriados pelos nobiliários vêm de encontro a representações ou passam a representar uma realidade histórica muito viva para os nobres que reconstróem a sua memória familiar a partir deles, e também o seu concreto vivido a partir desta memória. Sofrem tragicamente a existência de um traidor vassálico entre os seus antepassados, justificam a si mesmos a presença de um mouro nas suas raízes familiares, ou beneficiam-se simbolicamente da inclusão de um herói entre os seus – sejam eles figuras parcialmente fictícias ou não.

Em todo o caso, a memória linhagística é sempre alicerçada na maioria das vezes em

uma parte de situações concretas e em registros vários, somente libertando-se para os vãos mais fantasiosos onde existam lacunas que o permitam. Da lenda interpolada, freqüentemente se passa de maneira imperceptível à narrativa que já é construída sobre bases mais conhecidas e em torno de figuras cuja existência pode ser comprovada historicamente. Posto isto, retornemos a estes caminhos genealógicos que constituirão a nossa base para uma reflexão sobre o imaginário nobiliárquico-régio.

5. A descendência do Rei Ramiro, de acordo com os Livros de Linhagens

A reflexão sobre a construção linhagística como encontro de realidades concretas e imaginárias pode ser enriquecida com algumas observações sobre a menção nos textos linhagísticos a Alboazar Ramires – um personagem descrito nos livros de linhagens que pode não ter existido na realidade, mas que, apoiado em um vigoroso imaginário que é assumido de maneira bastante intensa por algumas linhagens importantes da nobreza portuguesa, acaba se tornando peça importante na memória e na inserção social de muitas das famílias nobiliárquicas portuguesas. Antes de Alboazar Ramires, certamente é uma figura já histórica o Rei Ramiro, seu pai, que destarte, embora seja

já um personagem histórico, também apresenta elementos lendários significativos na história que se tece em torno de sua figura.

Os Livros de Linhagens nos permitem recuperar precisamente uma interessante linha de descendência – que como se disse mescla elementos reais e elementos imaginários – a partir deste Rei Ramiro, personagem central da famosa narrativa que é hoje conhecida como “A Lenda de Gaia”. Embora a análise desta narrativa não seja o objeto deste ensaio, será oportuno destacarmos de forma sumária os principais traços do seu enredo, uma vez que esta narrativa que obviamente contém muitos elementos lendários foi, não obstante, assumida como história familiar de origem para algumas das mais importantes linhagens da aristocracia medieval portuguesa, as quais discutiremos oportunamente.

As aventuras do “Rei Ramiro em Gaia” acham-se registradas tanto no Livro Velho de Linhagens como no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, dois dos três livros de linhagens que foram preservados em arquivos. Possivelmente, constituíam uma das narrativas que com maior freqüência circulavam no circuito de oralidade das narrativas linhagísticas, e disto nos dá mostras a múltipla reapropriação deste relato que nos legou uma primeira versão escrita no final do

século XIII⁸, bem como outra versão que foi cristalizada em um primeiro momento pelos genealogistas do século XIV e, mais adiante, pelo refundidor do final deste mesmo século. Atribui-se a este último compilador, responsável por alguns acréscimos ao título XXI do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, um colorido literário que também aparece em outras narrativas (como a célebre versão da “Batalha do Salado”) (LL 21G15).

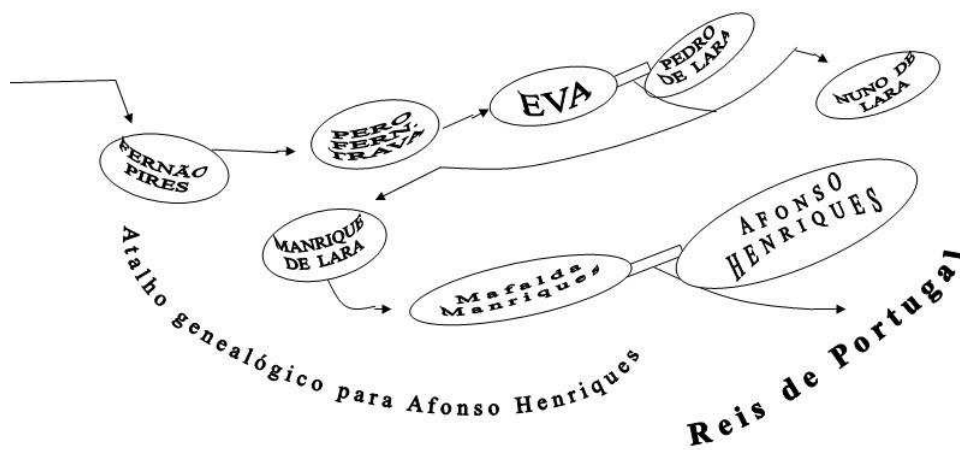
Os interesses do refundidor de 1383 em enaltecer a linhagem dos Pereiras, particularmente a figura do Frei Álvaro Gonçalves, a serviço de quem empreendia o seu trabalho de compilação linhagística (SARAIVA, 1971, p.13), leva-o a recuperar de maneira particularmente viva a aventura heróica desse antepassado de seus patrocinadores. Mas alguns pontos são desde já notáveis. Em primeiro lugar, um paralelo com a versão do Livro Velho mostra que a versão mais famosa do nobiliário do Conde D. Pedro conserva toda a estrutura narrativa montada na versão anterior, apenas enriquecendo-a com detalhes menos ou mais significativos e dotando-a de uma expressão mais literária. Em segundo lugar, o refundidor não “limpa” dos seus traços menos cavaleirescos o famoso antepassado de seus patrocinadores. Na verdade, é possível que o relato já fizesse parte do Livro de Linhagens no tempo do Conde D. Pedro

mas com outra redação⁹, e seguramente era uma das estórias mais conhecidas daquele tempo. Por isto o relato impôs-se aos genealogistas posteriores, e aos oradores que o difundiram, com a força de um clássico da literatura oral. As aventuras do Rei Ramiro parecem se impor com a mesma força das lendas gregas antigas ou dos relatos bíblicos, transcendendo o rigor moralista dos exempla cavaleirescos que aparecem nos livros de linhagens e fornecendo um outro modelo heróico que não é tão comum nos nobiliários portugueses. O relato é, ousaríamos dizer, um monumento à realeza transcendente que chega a extrapolar os habituais parâmetros nobiliárquicos e cavaleirescos. Com relação ao conteúdo básico dessa narrativa, o lendário relato sobre o “Rei Ramiro em Gaia” envolve na sua primeira parte dois raptos entrecruzados. Apaixonado por uma princesa moura, ou pelas “maravilhas” que dela ouvira dizer, um rei cristão resolve raptá-la. Em contrapartida, o rei mouro que era seu irmão vingava-se raptando a esposa do rei cristão. A segunda parte do relato aborda as aventuras do rei cristão no território inimigo, utilizando-se de todos os estratégias possíveis para reaver a mulher – para depois compreender que a rainha já preferia àquela altura o mouro que a raptara. Depois de punir exemplarmente a antiga rainha, o rei

Convenções e indicações para leitura do quadro genealógico:

→ relação de filiação
 = relação matrimonial

- ‘sombreados’ superiores: As linhagens imaginárias do Rei Ramiro (primeiros reis de Leão, à esquerda; linhagem dos maias, à direita).
- Sombreado no centro intermediário entre os dois sombreados maiores: Linhagens a partir dos dois juizes instituídos em Castela, em oposição aos reis de Leão (a partir de Nuno Rosoira, conduzindo até os Reis de Castela inaugurados por Fernando Magno). Centro inferior: Genealogia do Cide.
- Meia direita: Circuito dos “trastâmaras” e “pereiras” (o último, se fosse seguido adiante, conduziria até Gonçalo Pereira, que está entre os patrocinadores da refundição de 1382 do LL).
- Campo á direita: Caminhos genealógicos conduzindo a Afonso Henriques e aos reis de Portugal.



O quadro elaborado anteriormente foi concretizado a partir das diversas informações contidas nas listagens dos livros de linhagens portuguesas (Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro e Livro Velho de Linhagens) e em suas narrativas. O quadro foi organizado sob a forma de uma árvore genealógica estilizada, que parte da figura central do Rei Ramiro – o herói da narrativa Lenda de Gaia. De seu primeiro casamento com a Rainha Aldora, que termina punida no desfecho da narrativa por ter se acomodado ao mouro que a raptara, parte uma primeira linha de descendência que principia com Ordonho, filho de Ramiro e Aldora. Contudo, há um segundo ramo linhagístico que é precisamente originado pelo segundo casamento de Ramiro, desta vez com a princesa Artigas – uma princesa que ele havia raptado dos mouros e que termina por se converter ao Cristianismo. É desse casamento que partirá uma nova linha de descendências, encabeçada por Alboazar Ramires, que será descrito em narrativas subsequentes como um valoroso guerreiro.

Alboazar Ramires, segundo o Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro, deixou uma notável descendência, a começar por Trastameiro Alboazer e Ermeiro Alboazer. Interessam-nos particularmente os destinos genealógicos de Trastameiro Alboazer.¹⁰

Foi casado duas vezes, gerando duas linhas com seus filhos Fernão Trastamires e Gonçalo Trastamires da Maia. Chegamos neste último caso a um dos pontos nodais de formação de uma das mais notáveis linhagens da Portugal: a família dos Maias¹¹ – uma família bem real, das mais célebres da medievalidade portuguesa, que tinha sob seu controle vastos senhorios e deixou sua marca na História de Portugal a partir da participação de vários de seus membros. Percebe-se, assim, como o ponto cego de uma lenda desliza para a história, para personagens muito reais que deixaram descendências que se querem ver enaltecidas nos nobiliários. Acima, a vasta descendência do Rei Ramiro pode ser conferida neste grande esquema que podemos definir como uma espécie de “árvore genealógica” elaborada de acordo com as informações extraídas do Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro. Embora se mostre um pouco trabalhoso seguir uma árvore genealógica ou em uma lista narrativa, valerá a pena empreendermos este esforço para compreender a natureza das operações genealógicas enquanto discursos que reconstruem ideologicamente a história familiar.

A enumeração abaixo poderá ser acompanhada no esquema visual, de modo a facilitar a assimilação de todas as informações e uma boa compreensão de sua inserção no contexto narrativo.

Gonçalo Trastamires da Maia casaria com dona Micia Rodrigues, gerando Mem Gonçalves da Maia, sendo este o pai de duas das figuras mais importantes da nobreza portuguesa: Soeiro Mendes e Gonçalo Mendes da Maia. O último adquiriria notoriedade e se tornaria conhecido como “o lidador”, em virtude de suas inúmeras vitórias – tornando-se assim, ele mesmo, uma moeda simbólica valiosa no mercado linhagístico de valores heróicos.

Se recuarmos mais uma vez até Gonçalo Trastamires da Maia, veremos que o seu mencionado casamento com dona Micia Rodrigues constitui também um ponto importante. O genealogista-refundidor do Livro de Linhagens faz questão de lembrar que dona Micia era filha de Rui Vermuiz, este que seria tetravô do célebre “El Cide” através de seu outro filho (e irmão de dona Micia) Fernão Rodrigues. Na verdade, neste último caso o genealogista exagerou um pouco na sua prática de forjar ênfases e relações familiares, ao recuar por um atalho genealógico até o avô materno de Mem Gonçalves da Maia, para daí encontrar através do irmão de Dona Mícia mais um caminho destinado a relacionar os Maias e o Cide.¹²

O caminho completo até o Cide, a partir do filho de Rodrigo Vermuiz, aparece registrado em LL 8C4-7: Fernão

Rodrigues seria pai de Elo, que casada com Nuno Laindel gerou Laim Nuniz, que por sua vez gerou Diego Laindel (pai do Cide Rui Dias Bivar). Note-se que este atalho genealógico passa por uma linha materna a partir de Elo. Já o caminho paterno puro se afastaria de maneira menos conveniente (aos olhos do refundidor) do circuito de interligação entre os Vermuz e os Maias, pois esse caminho paterno mais puro teria que se referir necessariamente ao pai de Nuno Laindel, Laim Fernandez (esse último tendo sido filho de Fernan Laindez, que desse modo aparece como o ponto de partida do principal caminho paterno que daria no Cide). Mas note-se que, por outro lado, este Fernan Laindez era irmão de Vermuu Laindez, que gerou Rodrigo Vermuiz (o já referido avô daquela Dona Micia Rodrigues que fora casada com o Gonçalo Trastamires da Maia oriundo da linha mouro-ramiriana). Dessa forma, o genealogista encontra aqui um novo atalho genealógico que pode relacionar o Rei Ramiro e seu filho Cide Aboazar ao Cide Rui Dias Bivar. Ironicamente, o pai comum de Fernão Laindel e Vermuz Laindel – esses que oferecem os caminhos ‘principal’ e ‘alternativo’ para se chegar ao Cide, nesse último caso, permitindo associá-lo à linhagem de Ramiro via Vemus e Maias – foi o Alcaide Alaim Calvo, um dos dois governantes que foram nomeados pelos castelãos para substituir,

segundo o Livro de Linhagens, o rei Ordonho (filho de Ramiro) após a sua deposição. Assim, por ironia dos caminhos genealógicos disponíveis, em Castela e Portugal a linha ramiriana de dona Aldora e Ordonho estava fadada a ser disforizada em relação à linha ramiriana de Artiga e Cide Alboazar! Em Leão, ao contrário, o rei Ordonho deixou uma linhagem de reis – e seria de se perguntar se, acaso algum livro de linhagens tivesse sido redigido em Leão, a lenda de Gaia não seria neste caso outra, mais favorável a Aldora e Ordonho e menos favorável a Artiga e ao Cide Alboazar.

Todo este emaranhado genealógico – que os autores dos nobiliários fazem questão de iluminar em alguns pontos e de obscurecer em outros – requer uma explicação. O Cide é o herói mais conhecido da Espanha. Em termos de valoração linhagística, a possibilidade de sua inclusão nesta ou naquela árvore genealógica torna-se uma das moedas simbólicas mais cotadas. Todos querem tê-lo na família, e muitas vezes isto se torna possível porque uma ‘árvore genealógica’ é sempre uma construção. Basta lidar eficazmente com as lembranças e esquecimentos – lembrando aqui um tio materno que foi tetravô de um herói importante, esquecendo ali o irmão em cuja descendência se encontra um traidor vassálico, convocando ou ignorando o

irmão ou filho bastardo conforme o seu próprio valor simbólico ou o de seus descendentes. É destas múltiplas operações genealógicas, eivadas de grandes intenções e de pequenas mesquinhas, que vai sendo construída a genealogia de uma família. Um nobiliário constitui-se, de certa maneira, de um somatório e uma recombinação de inúmeras destas operações genealógicas que atendem a interesses diversos.

Chegariam a nos parecer irônicas algumas passagens contidas nos próprios nobiliários, não tivéssemos consciência da seriedade com que os medievais costumavam lidar com estas coisas. Assim, as netas do Cide deixam grande descendência de monarcas em toda a Europa, “em tal maneira que quantos reis ha hoje em Espanha e em França e em Ingraterra, todos vem del, e em outros reinos mais longe” (LL 8C8). Com isto, o Cide torna-se matriz de toda a realeza europeia! O herói Rodrigo Froiaz de Trastâmara I – que muitos acreditam tratar-se de um personagem fictício, mas que em todo o caso tem plena realidade no discurso genealógico – é apontado em várias passagens como aquele “donde descenderom os reis de Portugal” (LL 21G6)¹³. E com isto se vêem valorizados todos os nobres que dele descendem, inclusive os ‘Pereiras’, que são os

patrocinadores do refundidor do título XXI do Livro de Linhagens.

Em outra passagem é o Conde Monido, oriundo de um ramo godo da Itália, que ao migrar para a península Ibérica torna-se o ponto de partida de um caminho genealógico que vai dar em Mafalda Manriquez, esposa do rei Afonso Henriques (ver ‘Quadro 1’, campo à direita). Com isto, é do Conde Dom Monido “donde descendem os reis de Portugal” (LL 7A) – e desta forma são beneficiados com este valor simbólico régio, inúmeros caminhos genealógicos que se interpõem entre o Conde Monido e a esposa do rei, ou que se estendem para mais além.¹⁴ Mas também as figuras de Afonso Henriques e de seus sucessores vêm-se beneficiadas nessa operação por um passado romano, que remonta aos heróicos caminhos da Antigüidade, pelo que vemos como os circuitos simbólicos da operação genealógica são percorridos em múltiplos sentidos. Conforme podemos ver, as construções genealógicas permitem inúmeras associações valorativas, que terminam por ligar indivíduos diversificados, se isto for de interesse do genealogista que está montando a árvore linhagística. Mais ainda, as narrativas que são acrescentadas às listagens genealógicas permitem iluminar algumas relações e obscurecer outras. Nesse ponto, será útil refletirmos sobre as motivações que podem

estar por trás destas diversas operações genealógicas.

Existem dois tipos básicos de motivações que podem levar o genealogista a integrar esta ou aquela figura em uma operação genealógica. No primeiro caso, a figura introduzida é quem acrescenta um valor simbólico ao esquema no qual se opera; no segundo caso, a figura introduzida retira ou beneficia-se de um valor simbólico que o esquema já traz por si mesmo.

Dito de maneira mais aprofundada, no primeiro caso a figura introduzida no esquema (através de uma ênfase ou de um comentário) é ela mesma a moeda simbólica forte, servindo ou para valorizar um descendente (ou pseudo-descendente) construído pelos caminhos genealógicos, ou para valorizar um antecedente construído de maneira similar, mas para a partir daí descer de novo ao outro descendente que se queria valorizar desde o princípio (o já mencionado recurso ao ‘reco’ conveniente). São fortes moedas simbólicas os heróis como o Cide, Egas Moniz ou Gonçalo da Maia, e não é a toa que frequentemente os genealogistas os mencionem em uma relação mesmo que indireta com aqueles nobres que pretendem valorizar.¹⁵

Note-se de passagem que toda uma sorte de operações narrativas costuma secundar esse tipo de operação genealógica

centrada no herói como ponto de valoração simbólica. Entre os expedientes adicionais de que os cronistas ou os genealogistas dispõem, consta por exemplo substituir, com alguma habilidade, os heróis que aparecem nos relatos já existentes sobre o mesmo evento, sempre para atender a linhagem ou o aspecto que se queira valorizar. Assim, na narrativa do Livro de Linhagens sobre o confronto entre Afonso Henriques e o exército de sua mãe, é o herói Soeiro Mendes quem vem em seu socorro (tal como ocorre também na Crônica de Vinte Reis e na IV Crônica Breve). Já na versão da Crônica Geral de Espanha sobre o mesmo evento, esse herói é substituído por Egas Moniz.¹⁶

No segundo caso antes mencionado de operação genealógica, a figura integrada a um circuito linhagístico é precisamente aquela que quer (ela ou os seus descendentes) ser valorizada através da integração a um ramo nobiliárquico já simbolicamente forte. O nobre emergente ou o fidalgo oriundo de uma nobreza menor podem se ver tentados, através da pena dos genealogistas, a impor uma associação deste tipo.

Com uma ou outra destas operações podem se ver unidos dois pontos menos ou mais distantes de um vasto nobiliário, para benefício de um deles ou de ambos. Num e noutro caso, como já fizemos notar, o genealogista opera enfatizando caminhos,

moldando lembranças e esquecimentos, tecendo comentários que chamam atenção para atalhos genealógicos que de nenhuma outra maneira seriam notados – sem contar a interpolação de fragmentos narrativos que também atuam nesta construção. Tudo o que foi dito até aqui acerca da possibilidade de ‘valorizar’ uma figura ou caminho genealógico, vale também para a possibilidade de ‘desvalorizar’ ou ‘depreciar’. Os dois objetivos podem ser alcançados pelos mesmos métodos.

Apenas para exemplificar com um caso concreto de desvalorização linhagística através de comentários oportunamente acrescentados, um dos genealogistas do Livro de Linhagens do Conde dom Pedro (genealogia da primeira metade do século XIV) chega a mostrar uma ambigüidade de sentimentos que não exclui o escárnio ao referir-se ao ramo emergente inaugurado pelos ‘Briteiros’. Enfatiza sua ligação por linha materna com a família ‘Maia’, ao mencionar como esposa do fundador da nova linhagem a dama Elviras Eanes da Maia, o que seria normalmente um detalhe valorativo; mas depois acrescenta que “roussou-a Roi Gomes de Briteiros, que era infançom, e depois casou com ela; e depois fez el rei Dom Afonso este Dom Roi Gomez ricome e deu-lhi pendom e caldeira” (LL 33 A1). Ou seja, por um lado se desvaloriza a sua ligação linhagística pela menção ao rapto,

por outro lado é contrabalançada a sua ligação matrimonial a uma linhagem tradicional com a menção de que os Briteiros são ‘novos ricos homens’, por vontade do rei que lhes concede o ‘pendão e a caldeira’.

A desvalorização narrativa, em muitos casos, pode ser ainda reforçada por cantigas trovadorescas em um plano intertextual mais amplo. As cantigas trovadorescas, como bem sabem os estudiosos da literatura medieval, são contemporâneas aos livros de linhagens. Muitas vezes os próprios trovadores que compunham cantigas para serem apresentadas nos saraus palacianos e nobiliárquicos eram também os autores de narrativas que circulavam oralmente nestes mesmos ambientes, antes de se verem inseridas nos livros de linhagens e outras crônicas postas por escrito. O reforço de uma desvalorização linhagística através de uma cantiga trovadoresca é também o caso do exemplo mencionado, uma vez que se registram nos cancioneiros algumas cantigas depreciativas contra os mesmos Briteiros que se vêem depreciados na narrativa acima citada. Na CBN 172, por exemplo, o tradicional fidalgo Martim Soares refere-se diretamente ao ‘rapto’ da dama da família Maia como uma medíocre estratégia de ascensão social. Uma outra cantiga (CBN 1470), de autoria do fidalgo tradicional Afonso Lopes de Baião,

converte-se em uma curiosa ‘gesta de escárnio’, na qual um representante da nova família aristocrata passa em revista uma caricatural tropa de vassalos que ajuda a delinear-lo como uma espécie de ‘Cide ao avesso’.¹⁷ Esses exemplos demonstram os múltiplos processos, externos e internos à constituição do nobiliário, que são envolvidos na operação genealógica destinada a construir a imagem valorativa ou depreciativa desta ou daquela linhagem.

Também é possível valorizar a figura inserida na rede nobiliárquica mediante a interpolação de uma história mais longa ou de um simples detalhe narrativo. Assim, Alboazar Ramires – alcunhado o ‘Cide Alboazar’ – é valorado com este epíteto que lhe acrescentaram depois, estabelecendo-se agora uma ligação imaginária entre os dois ‘cides’. Com esta pequenina palavra que precede este nome que não esconde as suas origens muçulmanas, estabelece-se um caminho mais curto, quase instantâneo, entre o Cide Alboazar e o Cide Rui Dias Bivar. Este artifício como que resume o caminho mais longo, que também existe através de atalhos genealógicos já descritos no início de nossos comentários. Diga-se de passagem, é através deste caminho imaginário mais curto e deste percurso genealógico mais longo que as figuras de El Cide e Ramiro dinamizam-se mutuamente, e com elas todos os nobres

que puderem se beneficiar de uma operação genealógica que os traga para um ramo ou outro.

Antes de abordarmos esta relação dinâmica que se estabelece entre as figuras do Cide e do rei Ramiro, cumpre notar que elas constituem, apenas, as estrelas extremas de uma constelação de heróis que se forma na operação genealógica que vimos descrevendo nas páginas anteriores. Rigorosamente, conforme pode ser verificado no ‘Quadro Genealógico’, os genealogistas enaltecidos do circuito Maias-Trastâmaras-Pereiras conseguiram assegurar para o seu campo genealógico alguns dos maiores heróis ibéricos: Gonçalo Mendes, o lidador, pertence já à família Maia; seu casamento com Leonor Veegas traz ao genealogista a oportunidade de enfatizar a sua ligação com este outro dos grandes heróis portugueses que foi Egas Moniz, pai de Leonor Veegas (LL 21G6). Rodrigo Froiaz de Trastâmara I, que talvez seja um personagem fictício, e Rodrigo Froiaz de Trastâmara II, certamente real, também passaram à memória como grandes heróis, e se vêm genealógicamente unidos ao ramo do Lidador por intermédio de Dona Moninha Gonçalves, que é simultaneamente filha do Lidador e esposa do herói Rodrigo Froiaz de Trastâmara. Pelos caminhos já indicados, os dois subcircuitos ligam-se ao Cide e à linhagem reconquistadora do rei

Ramiro.¹⁸ Desta forma, as linhagens envolvidas nessa intrincada operação genealógica acabam por conquistar uma completa constelação de heróis, através da arte de seus cronistas-genealogistas, que devem enfatizar estas relações e ocultar outras.

6. Outros interesses genealógicos presentes no caso estudado

Vimos até aqui os interesses pequenos e familiares que se imiscuem na composição das listagens genealógicas e de suas interpolações narrativas – ou, mais propriamente falando, na concretização daquilo a que estamos chamando de “operação genealógica”. Por outro lado, as genealogias – do ponto de vista desta mesma combinação de escolhas e da produção de seus caminhos e atalhos genealógicos que se acham mais valorizados através das listas descritivas dos livros de linhagens e de suas narrativas interpoladas – também revelam tendências mais amplas: grandes grupos aristocráticos que saem da cena histórica em favor de outros. Assim, os genealogistas que escrevem dos livros de linhagens dos séculos XIII e XIV fazem preponderar freqüentemente os interesses de uma nova nobreza emergente do século XI, que aliás já se tornara tradicional no século XIII (quando os emergentes de então passam a

ser aqueles que sobem ao poder conjuntamente com o rei D. Afonso III). Para trás havia ficado uma nobreza condal anterior, sobre a qual os livros de linhagens dos séculos XIII e XIV não lançam a mesma luz que fazem incidir sobre os caminhos genealógicos que enfatizam os ramos aristocráticos que começam a sobressair no século XI. Dessa forma, muitos dos caminhos genealógicos valorizados nos nobiliários correspondem precisamente a esta nobreza situada entre uma aristocracia portugalense de extração mais antiga, um pouco posta à sombra nos textos linhagísticos, e uma nobreza emergente bem mais recente, que chega por vezes a ser depreciada (é o caso atrás discutido da nova linhagem dos ‘Briteiros’).

Curiosamente, essa tendência de valorizar a nobreza que remonta ao século XI não ocorre exclusivamente por pressão das linhagens nobres oriundas da formação do reino. Referindo-se ao grupo de nobres emergentes do século XIII – alguns dos quais teriam se utilizado de estratégias passíveis de crítica na sua ascensão social – José Mattoso já observara o curiosíssimo fenómeno segundo o qual “o próprio grupo social que assim triunfa parece sustentar os trovadores que o condenam, e conserva e reproduz os seus escritos”. Como se os ‘arrivistas’, perdoe-se o francesismo, uma vez chegados ao topo da

escala social se colocassem eles mesmos em posição de defesa, temessem ser suplantados pelo mesmo processo, alegassem as suas relações de parentesco com as velhas famílias da fundação do reino, e assumissem a sua mentalidade e os seus valores (MATTOSO, 1987, p. 338).

Assim, mesmo os nobres recentes sem tradição linhagística, e que poderiam tender a menosprezar a valorização dos caminhos genealógicos intermediários da nobreza fundadora do reino, também eles procuram imiscuir-se imaginariamente nestes caminhos, esforçando-se em descobrir algum atalho genealógico que os integre à tradição, ou difundindo gestas de linhagens antigas como se fossem suas, na esperança de que esqueçam a sua emergência recente. Acabam, também eles, contribuindo para a euforização desses caminhos e atalhos que já eram antes euforizados, como o ‘caminho da Maia’ ou os múltiplos ‘caminhos de El Cide’, ou ainda o lendário ‘caminho da Gaia’ que vai encontrar o rei Ramiro em um passado lendário. Dessa forma – movidos por interesses vários que mesmo transcendem as relações mais imediatas de patrocínio e encomenda dos nobiliários – os genealogistas que estão ao serviço das famílias cujo prestígio remonta ou se quer remontar ao século XI, e também os leitores que encontram por sua conta os atalhos genealógicos que lhe interessam,

todos conspiram no sentido de euforizar alguns caminhos e circuitos genealógicos e diforizar outros. Entre esses últimos caminhos disforizados encontra-se, em sombreado imaginário, o âmbito de alianças que ligava os antigos magnates portugueses e as primeiras realezas leonesas.

7. Conclusão

Conforme pudemos ver, a interpolação da “Lenda de Gaia” nos nobiliários, associada às operações genealógicas de que se esta faz cercar, desempenha entre outros, um papel específico que é o de unir certas linhagens que de outra forma não encontrariam ligação familiar. Essa bem tramada combinação de narrativa e listagem genealógica atualiza, por outro lado, certas oposições políticas ancestrais presentes na sociedade nobiliárquica extra-literária. A imagem do ‘Rei Ramiro’, monarca que na sua figura lendária une o passado visigodo e o futuro da vitória cristã, torna-se dessa forma simultaneamente um foco de transcendência para o imaginário régio e um ponto nodal de interesses linhagísticos diversos.

O estudo de caso aqui desenvolvido, enfim, buscou mostrar que a “operação genealógica” constitui uma construção cultural, social, ideológica, e que essa

operação envolve inúmeros aspectos que atravessam os genealogistas que a empreendem, com ou sem uma plena consciência da parte dos mesmos. Dos interesses mais imediatos, os quais os genealogistas costumam por vezes até mesmo apresentar com alguma clareza nos “prólogos” de seus livros de linhagens, até os mais sutis movimentos ideológicos dos quais eles não necessariamente se apercebem, o labirinto genealógico a ser percorrido pelo genealogista e pelos seus leitores vai dando origem a um texto final – produto que traz marcas extremamente interessantes a serem decifradas pelos historiadores. Seria interessante objeto para um estudo futuro avançar no esclarecimento de que, mesmo depois da concretização material deste produto acabado que é o texto genealógico ou um livro de linhagens, a “operação genealógica” não se esgota aqui efetivamente, já que os sucessivos leitores sempre poderão percorrer o texto dito “definitivo” estabelecendo as suas próprias conexões, através de uma prática de leitura que sempre, e particularmente neste caso, será criadora e refundadora de sentidos.

Notas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro). Professor nos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (Professor Visitante) e Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ). Recentemente, publicou

os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007). O texto que aqui se apresenta foi produto de uma Pesquisa intitulada ‘O Imaginário Cavaleiresco através das fontes narrativas e genealógicas de Portugal nos séculos XIII e XIV’, desenvolvida entre julho de 2006 e julho de 2007 junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com o apoio da ‘Fundação Calouste Gulbenkian’ de Lisboa.

²CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

³Os seres-humanos modernos descenderiam na verdade de um único casal, um Adão e uma Eva etíopes, mas que não teriam necessariamente coexistido exatamente na mesma época: o Adão dos Cromossomos e a Eva das Mitocôndrias. Sobre a questão, ver OLSEN, Steve. *A História da Humanidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

⁴Esta forma genealógica, distinta das suas congêneres na Europa extra-peninsular, já aparece na península Ibérica desde as genealogias de Navarra (*Genealogia de Roda*, do século X; *Liber Regnum*, do século XII e *Libro de las Generaciones*, de 1260) até chegar aos chamados livros de linhagens portugueses, que serão objeto deste artigo.

⁵Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o Livro Velho (LV), o Livro do Deão (LD), e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, que aqui chamaremos de Livro de Linhagens (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1 – *Livros Velhos de Linhagens*. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”) e 2 – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (MATTOSO, José e PIEL, Joseph. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980).

⁶Remetemos às abreviaturas mais comumente utilizadas para os livros de linhagens e suas narrativas: LL – Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro; LV – Livro Velho de Linhagens; LD – Livro do Deão.

⁷Em todo o caso, José Mattoso afirma que “a sua existência é indubitável, porque testemunhada por duas fontes independentes” (cita-as em seguida). Em tempo: a existência deste indivíduo que teria deixado uma célebre descendência é indubitável, mas não os seus antecedentes propostos pela

“Lenda de Gaia” (MATTOSO, José. 1987. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987, p.208).

⁸Ao Livro Velho, Artur Botelho da Veiga atribui a data de 1272 (VEIGA, Artur Botelho. *Os Nossos Nobiliários Medievais*. Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 15, 1942, p.165-193). José Mattoso propõe a correção desta data para um intervalo situado entre 1282 e 1290 (MATTOSO, José. “Introdução” In: *Livros Velhos de Linhagens*. ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980, p.13).

⁹“É possível que lhe pertençam, além das narrativas do tit.XXI, que podiam já existir no tempo do Conde, mas que tinham aí, certamente, outra redação ...” (Mattoso, “Introdução” aos *Livros de Linhagens*, p.43).

¹⁰Trastameiro Alboazar casou-se na primeira vez com Ermendola Gonçalves, pertencente à linhagem de um dos dois juizes castelhanos que substituíram o rei Ordonho após a sua deposição. Deste juiz (Nuno Rosoira) descendem tanto os reis de Castela (tit.3) como esta primeira esposa do filho do Cide Alboazar (LL 3F). Desta forma, os opositores castelhanos do ramo leonês-ramiriano derivado de Ordonho encontram-se por alianças matrimoniais com o ramo ramiriano derivado da moura Artiga e de seu filho Cide Alboazar (ver estes entrelaçamentos no ‘Quadro Genealógico’). O último dado é importante, conforme veremos oportunamente, porque mostra os destinos imbricados que se entrecem entre esta linha ramiriana derivada de Artiga e a realeza de Castela. O casamento também traz para o mesmo circuito de alianças a família Maia – esta que daria em uma das mais conceituadas linhagens de Portugal. A este campo unificado opõe-se naturalmente a linhagem dos primeiros reis de Leão, que deriva diretamente do ramo ramiriano de Ordonho. Conforme veremos no decurso de nossa análise, os atalhos genealógicos construídos pelos autores do Livro de Linhagens são relativamente complexos, e para não carregar o texto reservaremos o seu registro para estas notas de pé de página, às vezes demasiado longas.

¹¹Todos os fatos e percursos genealógicos aqui mencionados poderão ser consultados no ‘Quadro Genealógico’ registrado acima, este que também permite verificar o caráter de construção imaginária e genealógica de que se valem os genealogistas para atender aos interesses desta ou aquela linhagem.

¹²Entre as antigas famílias condais portugalenses ou ibéricas de uma maneira geral, vigorava em tempos primordiais uma estrutura cognática onde as mulheres desempenhavam um papel evidente.

Contudo, a certo momento verifica-se a passagem para uma estrutura agnática privilegiando a linha paterna e a primogenitura. Se os dois primeiros nobiliários ainda têm os resíduos de uma ordenação parental do tipo cognático, o Livro de Linhagens já é redigido plenamente dentro desta nova estrutura de pensamento linhagístico, e portanto os caminhos maternos já são, a princípio, naturalmente secundarizados. Quando são exageradamente valorizados, é precisamente porque o autor do nobiliário está procedendo a uma operação genealógica destinada a enfatizar um determinado aspecto que, habitualmente, passaria por despercebido na orientação de leitura habitual.

¹³Tal se consegue, conforme pode ser visto no ‘Quadro genealógico’, através de um recuo até um antepassado comum aos “trastâmaras” e à esposa de Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal (ver campo à direita). Desta forma, pode-se perceber que, quando interessa ao genealogista, as linhas femininas são valorizadas; quando não interessa, elas são convenientemente desprezadas. O recurso ao “recuo” até um antepassado comum a dois pontos que se quer unir é também recorrente.

¹⁴Uma das linhagens beneficiadas por esta operação, conforme pode ser visto no ‘Quadro Genealógico’ (folha 3), é a linhagem dos “Pereiras”, patrocinadores de um refundidor de 1383 que acrescenta mais algumas operações genealógicas ao Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Por outro lado, o genealogista do Livro do Deão descobre um outro atalho para associar os “Maiais” aos reis de Portugal: “E Sueiro Mendes, o Bom, foi casado com dona Urraca, filha d’el conde Dom Moninho, irmão de sa madre da rainha molher do conde Dom Henrique de Portugal” (LD 6B3).

¹⁵Assim, por exemplo, no título XXXI do Livro de Linhagens encontramos uma passagem que fala por si com relação a este aspecto: “Esta dona Ouroana Meendez, irmã de Gonçalo de Sousa, assi como se mostra no titulo XXII, dos Sousãos, parafro 6□, foi casada com Meem Moniz de Riba do Doiro, irmão de Dom Egas Moniz” (LL XXXI-A1). Com esta pequena operação, Dom Gonçalo de Sousa se viu associado ao herói Egas Moniz, e os seus descendentes acabaram recebendo uma expressiva carga valorativa. É ainda a figura de Egas Moniz que vemos no ‘Quadro Genealógico’ valorizar, por intermédio de uma filha e de uma neta, o nobre Rodrigo Froiaz de Trastâmara, que está na base da constituição da já mencionada linhagem patrocinadora dos “Pereiras” (‘Quadro 1’).

¹⁶Mas em ambos os casos, é bom notar, o herói (seja ele quem for) desempenha o papel fixo do “bom nobre” que conduz o rei à vitória, porque este é o dado essencial que está por trás de todas estas versões narrativa.

¹⁷Há ainda outras cantigas contra os mesmos Briteiros, como a CV 1082, que continua com o tema da gesta de escárnio, e a CV 1081, onde o trovador da família Baião deprecia como devassa a abadessa do convento de Arouca, que é da mesma família Briteiros.

¹⁸Pela subida até a figura de Gonçalo Trastameiro da Maia e daí enveredando por Mícia Rodrigues para encontrar o Cide, ou seguindo para cima para encontrar o rei Ramiro e sua linhagem de monarcas asturianos conquistadores.